

dade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Luísa Maria Sobreira Vieira Peixe, professora associada com agregação desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 1 a 5 de Abril de 2006.

31 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo*.

Faculdade de Medicina Dentária

Aviso n.º 4850/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto de 23 de Março de 2006, proferido por delegação, foi concedida a equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

Mestre Armando Manuel Dias da Silva, assistente convidado — no período de 23 a 29 de Março de 2006.

Mestre Maria João Feio Ponces Ramalhão, assistente convidada — no período de 23 a 25 de Março de 2006.

23 de Março de 2006. — A Secretária, *Lúcia de Fátima Raposo Antunes*.

Aviso n.º 4851/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto de 23 de Março de 2006, proferido por delegação:

Doutor Germano Neves Pinto Rocha, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 24 a 26 de Março de 2006.

26 de Março de 2006. — A Secretária, *Lúcia de Fátima Raposo Antunes*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 8991/2006 (2.ª série). — Designo, ao abrigo das competências em mim delegadas pelo reitor, os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de agregação no domínio de Engenharia Física Tecnológica pela Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, requeridas pelo Doutor José Pedro Miragaia Trancoso Vaz:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

Doutor Armando José Ponce de Leão Policarpo, professor catedrático aposentado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor José Carvalho Soares, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor Carlos Renato de Almeida Matos Ferreira, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Tito da Luz Mendonça, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Jorge Venceslau Comprido Dias de Deus, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Gustavo da Foseca Castelo Branco, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Alfredo Barbosa Henriques, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Jorge Manuel Rodrigues Crispim Romão, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Luís Rodrigues Júlio Martins, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Carlos António Abreu Fonseca Varandas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Paulo Jorge Peixeiro de Freitas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Lídia dos Santos Ferreira, professora associada com agregação do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

28 de Março de 2006. — O Vice-Reitor, *R. Bruno de Sousa*.

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 4852/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

27 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

Faculdade de Arquitectura

Aviso n.º 4853/2006 (2.ª série). — 1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional.

2 — Após a reunião da comissão coordenadora do conselho científico efectuada em 28 de Julho de 2005 e a reunião do conselho directivo de 23 de Fevereiro de 2006 e por despacho do presidente do conselho directivo de 27 de Março de 2006, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005), faz-se saber que, pelo prazo de 30 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso documental para o provimento de um lugar de professor associado na área científica 3, de Design (grupo de disciplinas de História e Teoria da Arte), do quadro de pessoal docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, constante do quadro anexo ao despacho reitoral n.º 2282/2001, a que se refere a Portaria n.º 119/90, de 15 de Fevereiro.

3 — Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, observar-se-ão as seguintes disposições:

4 — Ao concurso poderão ser opositores:

- Os professores associados do mesmo grupo ou das mesmas disciplinas de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa ou equivalente e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente em especialidade considerada como adequada à área da disciplina ou ao grupo de disciplinas para que foi aberto concurso que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

5 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, com as seguintes indicações:

- Nome completo;
- Filiação;
- Data e local do nascimento;
- Estado civil;
- Categoria;
- Residência.

6 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- Documento comprovativo do preenchimento das condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 4;
- Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e dos trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;
- Bilhete de identidade ou pública-forma;
- Certidão do registo criminal;

- e) Atestado comprovativo de possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício do cargo;
- f) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;
- g) Quaisquer outros documentos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do lugar a prover e que o candidato entenda dever apresentar para o efeito.

7 — Os documentos que aludem as alíneas d) a f) do n.º 6 podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma das alíneas.

8 — A Faculdade de Arquitectura comunicará aos candidatos, no prazo de três dias úteis, o despacho de admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento por parte daqueles das condições para tal estabelecidas.

9 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, 2 exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae* e 15 exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou de uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso.

10 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles e no valor pedagógico e científico do relatório.

A este concurso é ainda aplicável o disposto nos artigos 44.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 2, 50.º, 51.º e 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

3 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando António Marques Caria*.

Despacho n.º 8992/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Fevereiro de 2006, proferido por delegação de competências:

Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro — nomeado definitivamente professor auxiliar, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2006.

Relatório final do processo de nomeação definitiva como professor auxiliar do Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro

De acordo com os pareceres emitidos pelo professor catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Doutor Jorge de Novais Corrêa Bastos e pelo professor associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa Doutor Vítor Manuel Lopes dos Santos, que fica arquivado no processo individual, o conselho científico deliberou, por unanimidade, em reunião de 17 de Janeiro de 2006, que o Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro, professor auxiliar de nomeação provisória, reúne as condições exigidas por lei para o seu provimento de nomeação definitiva na mesma categoria.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando António Marques Caria*.

Despacho n.º 8993/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Fevereiro de 2006, proferido por delegação de competências:

Doutora Maria João de Carvalho Durão dos Santos — nomeada definitivamente professora auxiliar, com efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2006.

Relatório final do processo de nomeação definitiva como professora auxiliar da Doutora Maria João de Carvalho Durão dos Santos.

De acordo com os pareceres emitidos pelos professores associados da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Doutores Jorge Filipe Ganhão da Cruz Pinto e Rui Barreiros Duarte, que fica arquivado no processo individual, o conselho científico deliberou, por unanimidade, em reunião de 17 de Janeiro de 2006, que a Doutora Maria João de Carvalho Durão dos Santos, professora auxiliar de nomeação provisória, reúne as condições exigidas por lei para o seu provimento de nomeação definitiva na mesma categoria.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando António Marques Caria*.

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 8994/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 27 de Março de 2006, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Prof. Doutor Pedro Luís Camecelha de Pezarat Correia, professor associado desta Faculdade — autorizada a licença sabática pelo período de um ano, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2006, nos termos do disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Despacho n.º 8995/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 3 de Abril de 2006, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Jesuína Clemente Delgado Antunes — nomeada definitivamente, após aprovação em concurso, na categoria de técnica principal da carreira técnica do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, considerando-se exonerada da categoria que detém no momento da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Abril de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Instituto Superior de Agronomia

Edital n.º 199/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Agronomia de 20 de Março de 2006 no âmbito da delegação de competências delegadas pelo despacho reitoral publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, faz-se saber que se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para provimento no quadro do pessoal docente do Instituto Superior de Agronomia de um lugar de professor associado para o Departamento de Produção Agrícola e Animal, na área científica de Produção Agrícola e Animal.

Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou diferente universidade, desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa, ou equivalente, e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- c) Os doutores por universidades portuguesas, ou com habilitação equivalente, em especialidade considerada como adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto concurso, que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Os documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no edital referido no n.º 3 do artigo 39.º;
- b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas.

Facultativamente, poderão apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de vulgarização, etc.);

- c) Certidão de registo de nascimento;
- d) Bilhete de Identidade ou pública-forma;
- e) Certidão de registo criminal;
- f) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do interessado, comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e possuir a robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado, passado por dispensário oficial antituberculoso, comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou vacinação BCG;